

Atualidade **econômica**

Visão da semana: os rumos do endividamento

As atenções do noticiário econômico da semana passada estiveram essencialmente voltadas para a reunião anual do Fundo Monetário Internacional, realizada em Seul, Coreia do Sul. De início, notou-se um certo impacto a partir da proposta dos Estados Unidos de ampliar o volume de empréstimos a países endividados. No entanto, a delegação brasileira perdeu rapidamente as esperanças, ao constatar que a parcela que nos caberia seria certamente reduzida, bem distante daquela pretendida pelos defensores da captação de novos recursos.

Enquanto países como a Argentina e a própria Coreia chegaram a ter seus respectivos programas de ajustamento enaltecidos, verificou-se que a posição do Brasil ainda gera dúvidas perante os credores, já que há insistência em tentar uma nova modalidade de negociação na qual o FMI desempenharia um papel apenas secundário. Todavia, parece ter ficado claro que os bancos não desejam este tipo de encaminhamento e que nossas autoridades deverão buscar, internamente, o equacionamento necessário à questão da dívida externa e do atendimento de seu serviço.

Como era esperado, o FMI não apresentou alterações nos critérios que julga indispensáveis ao ajustamento dos desequilíbrios já conhecidos. Ao contrário, seu diretor-gerente enfatizou o caráter imperativo de redução dos gastos públicos e de ampliação dos espaços de atuação do setor privado, paralelamente à queda da inflação e das taxas de juro. Mais do que em outras ocasiões, acentuou-se a tese de que as recomendações da instituição não são recessivas, antes buscam promover as condições para um projeto de crescimento mais sólido a médio e longo prazo.

Para o governo, deve ter restado a nítida impressão de que há muito mais a fazer no plano doméstico do que a esperar em termos de mudanças de comportamento dos credores. A indexação precisa ser atacada definitivamente, o que não exclui um enquadramento mais rigoroso das pressões por reajustes reais dos salários. Até agora, apenas se logrou uma modesta e artificial redução nas taxas de juro, mas o processo de desestatização precisa avançar mais firmemente, ainda que para dar uma demonstração mais concreta das intenções teoricamente privatizantes do atual governo.

No plano doméstico, foi finalmente divulgada a nova versão do projeto de reforma agrária, abrangendo significativamente os temores do empresariado rural, já que o fantasma da desapropriação indiscriminada de terras parece ter sido afastado, preservando-se ademais a integridade das propriedades produtivas. Ainda na área agrícola, foram constatadas importantes fraudes em estoques de soja pertencentes ao governo e manipulados indevidamente por uma cooperativa. As primeiras intenções de plantio da próxima safra, divulgadas pela CFP, deixaram entrever um crescimento da produção de alimentos básicos, aliado a uma pequena redução na soja e no algodão. A longa estiagem em alguns Estados do Centro-Sul ainda preocupa pelo atraso que provoca no plantio.

Foi inaugurada a terceira turbina de Itaipu, fato este que contribuiu para fazer reaparecerem os temores de novo black-out, dado o desequilíbrio reinante entre os investimentos em geração e distribuição de energia elétrica, agravados pela maior demanda dos últimos meses. Parte desta deriva do crescimento da produção industrial, o qual só em São Paulo apresentou uma taxa de 6,85% entre janeiro e agosto, concentrando-se nos ramos metalúrgico, mecânico, material de transporte e químico.

No setor financeiro, foi proposta a criação de um novo banco estatal, voltado para o comércio exterior. A iniciativa não chegou a provocar maior entusiasmo no setor privado, dado que a Cacer preenche as funções adequadamente, sem mencionar o fato de que não há recursos para tal empreitada.